

# MOVIMENTO ESPÍRITA E DEMOCRACIA

André Henrique de Siqueira  
andrehsiqueira@febnet.org.br

A democracia é um modelo político no qual prevalece a decisão da maioria. Numa forma simples, a maioria decide o que é melhor para todos. Surge como uma estrutura de decisão que contempla a vontade do homem livre, que deixa de submeter-se às arbitrariedades de tiranos, imperadores ou reis absolutistas. A oração fúnebre de Péricles (431 a.C.), o Acordo do Povo - uma série de manifestos publicados entre 1647 a 1649 para mudanças na Inglaterra, a declaração de independência dos Estados Unidos da América, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e o discurso de Lincoln em Gettysburg são fontes importantes para compreendermos a natureza da democracia. Nestes documentos, podemos identificar os três elementos básicos apresentados por eles como caracteristas de uma democracia: participação, liberdade e igualdade.

Uma das dificuldades da democracia é a sua dependência da informação. Só existe decisão quando há escolhas e só há escolhas quando há informação. Como a democracia depende das escolhas, depende indiretamente do acesso a informação. Também ocorre que quando há manipulação de informações há manipulação de escolhas. E a democracia sofre o seu revés quando o homem, julgando-se livre para fazer escolhas, não é livre para analisar as escolhas que tem. Outro problema relativo à democracia é a submissão de todos à decisão da maioria. Em uma dissertação de Mestrado, Rafael Azevedo (2014, p. 45) analisa duas teorias sobre escolhas (A Teoria da Escolha Pública e a Teoria da Escolha Social) para destacar o problema das escolhas democráticas, como referenciado e destacando:

Do ponto de vista individual, a escolha já representa um desafio psicológico de avaliação dos custos, benefícios e riscos da decisão. Quando a decisão é coletiva, ela depende da decisão dos outros indivíduos do grupo. Nesse sentido, é possível verificar, com somente alguns conceitos da Teoria da Escolha Social, que a agregação de preferências individuais conflitantes, na tentativa de extrair uma escolha única em busca do bem-estar coletivo, está longe de ser trivial, está envolta de paradoxos e não aparenta ter uma solução ótima ou unânime. A agregação fica ainda mais complexa se for considerada a variável tempo, ou seja, como a vontade do eleitor se comporta ao longo de influência diversas até que haja as eleições ou o processo de escolha. Os desafios de extrair a vontade coletiva não residem somente na regra de agregação mais adequada, mas também em como preservar a vontade do eleitor contra influências ilegítimas e se esta vontade está representada no cômputo final.

Muitas tentativas de melhoria no processo das decisões democráticas resultam em um amadurecimento na arquitetura das decisões, tornando a democracia a forma

40 de decisão política mais adequada ao estado de liberdade, mesmo com suas eventuais  
41 dificuldades.

42 O movimento espírita é um esforço organizado para reunir pessoas e recursos, de  
43 maneira estruturada, para promover o estudo, a vivência e a divulgação do Espiritismo.  
44 A estrutura do movimento espírita brasileiro foi desenhada através de um acordo volun-  
45 tário ad referendum que entre si fizeram alguns representantes do movimento espírita  
46 quando em 1949 assinaram conjuntamente o documento denominado Pacto Áureo, do  
47 qual resultou o Conselho Federativo Nacional (CFN). Apesar das críticas existentes so-  
48 bre o documento e sua origem, identificamos um desenho da estrutura do Movimento  
49 Espírita Brasileiro que tem prevalecido e, especialmente no item 12, temos que:

50 As Sociedades componentes do Conselho Federativo Nacional são com-  
51 pletamente independentes. A ação do Conselho só se verificará, aliás,  
52 fraternalmente, no caso de alguma Sociedade passar a adotar programa  
53 que colida com a doutrina exposta nas obras: "O Livro dos Espíritos" e  
54 "O Livro dos Médiuns", e isso por ser ele, o Conselho, o orientador do  
55 Espiritismo no Brasil.

56 Deste texto destacamos a natureza independente, completamente independente  
57 das sociedades que o compõe o CFN e a natureza fraterna, portanto em condições de  
58 completa igualdade, para o caso de alguma Sociedade passar a adotar programa que  
59 colida com a doutrina exposta nas obras: "O Livro dos Espíritos" e "O Livro dos Médiuns".

60 Engana-se quem julgar que a estrutura do CFN possui qualquer hierarquia sobre  
61 as sociedades espíritas ou sobre qualquer indivíduo. Além de compreender que a lei de  
62 liberdade é um dos fundamentos do pensamento espírita que não pode haver progresso  
63 sem o natural exercício da liberdade, o CFN não caracteriza-se como uma instância hi-  
64 erárquica para o movimento espírita brasileiro, mas como um fórum democrático para  
65 a apreciação de temas de interesse do movimento espírita brasileiro e para planejar e  
66 executar ações coletivas de estudo, vivência e divulgação do espiritismo sobre as bases  
67 da codificação kardequiana.

68 Não há Espiritismo sem o respeito Lei de Progresso (KARDEC, 1995, Parte III. Cap.  
69 VII) e à Lei do Liberdade (KARDEC, 1995, Parte III. Cap.X), ambas caracterizadas na Filo-  
70 sofia Espírita como leis morais que regulam o universo do espírito como as leis físicas  
71 regulam o universo da matéria. O Espiritismo é progressista em sua natureza. Ao definir  
72 o espírito como ente natural sujeito ao contínuo aprendizado das leis naturais através  
73 das múltiplas experiências que o Universo proporciona, a doutrina espírita assinala que  
74 todos os seres estão em contínua interação cujo propósito é o progresso, aqui entendido  
75 como a contínua aproximação de um estado de melhoria em concordância com as Leis  
76 Divinas (que são as leis naturais).

77 Por sua vez, no atual estágio de progresso, o movimento espírita utiliza o pro-  
78 cesso democrático representativo para analisar temas e para tomar decisões no âmbito  
79 do CFN. Nele todos os estados estão representados por suas federativas, que por sua  
80 vez intentam representar as instituições espíritas de suas localidades. Mas as decisões  
81 tomadas não têm caráter impositivo. Tratam-se de recomendações ou orientações cuja  
82 adesão é sempre voluntária, sempre baseada no respeito à liberdade e autonomia de  
83 cada sociedade ou indivíduo. Neste aspecto o movimento espírita não impõe as deci-

84 sões com base na vontade da maioria. Planeja, analisa e orienta conforme a decisão da  
85 maioria, mas a adoção desta ou daquela plataforma, deste ou daquele modelo de ação,  
86 desta ou daquela atitude é sempre uma decisão da sociedade espírita ou do indivíduo,  
87 como recomenda a lição de autonomia exarada no Pacto Áureo, em seu item 12.

88 Ao respeitar o livre-arbítrio das sociedades e dos indivíduo, o movimento espírita  
89 evita a ditadura da democracia, cuja imposição da vontade da maioria, pode obscurecer  
90 o direito de liberdade do indivíduo. Compreendendo que cada sociedade espírita deve en-  
91 contrar o seu caminho de progresso, o movimento espírita recomenda, orienta e informa,  
92 sem impor, obrigar ou exigir.

93 Por esta natureza "ultra"democrática do movimento espírita, não se pode espe-  
94 rar responsabilidades hierárquicas. O Conselho Federativo Nacional não é o responsável  
95 pelas ações dos espíritas brasileiros, dada a completa autonomia de cada sociedade e  
96 indivíduo. A Federação Espírita Brasileira, como entidade que preside o CFN, e nele não  
97 tem voto! - é a sociedade responsável por reunir os representantes do movimento espí-  
98 rita e promover o debate de temas, a análise de assuntos que interessem ao movimento  
99 espírita brasileiro e coordena as ações para a execução em âmbito nacional, das reco-  
100 mendações decididas pelo CFN, sempre respeitando a autonomia das sociedades e a  
101 liberdade de escolha dos indivíduos.

102 Neste ano em que se comemoram os 70 anos do Pacto Áureo, mais do que refle-  
103 tirmos sobre a sua natureza precisamos analisar o valor da estrutura proposta e o quanto,  
104 voluntariamente, podemos ganhar com a adoção de suas propostas. Desde a sua cons-  
105 tituição, modificações foram propostas para o funcionamento do Conselho Federativo  
106 Nacional, que se refletem e seu Regimento Interno, mas a essência democrática de sua  
107 estrutura, o completo respeito à autonomia das sociedades, tanto quanto à liberdade dos  
108 indivíduos, mantêm o compromisso com o progresso dos espíritos e com a melhoria da  
109 sociedade.

110 O documento original, posteriormente denominado Pacto Áureo, é simplesmente  
111 a ata de uma reunião (MELLO, 1949). Destacado o caráter ad referendum de sua pro-  
112 posta - que significa "sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado (diz-se de  
113 ato tomado isoladamente)", é necessário compreendermos que não se trata de uma hi-  
114 erarquia à qual devemos obediência, mas um programa de trabalho democraticamente  
115 constituído e ao qual podemos, ou não, aderir, conforme nossas convicções e interesses  
116 em relação ao movimento espírita brasileiro. Sua proposta continua em concordância  
117 com o caráter de desenvolvimento de trabalhos coletivos proposto por Allan Kardec: Tra-  
118 balho, Tolerância e Solidariedade. E qualificamos: democrática e voluntariamente.

- 121 AZEVEDO, Rafael Fernandes de Barros Costa. *Um modelo ontológico do sistema eleitoral*  
122 *brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da  
123 Informação., Brasília, 2014.
- 124 KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Guillon Ribeiro. 76a. ed. Rio de Janeiro:  
125 FEB, 1995.
- 126 MELLO, Oswaldo. *Ata do Pacto Áureo Grande Conferência Espirita do RJ. Transcrito de*  
127 *Reformador, outubro de 1999 p. 10 e 11*. 1949. Transcrito de Reformador, outubro de 1999  
128 p. 10 e 11.